



Feridas e prejuízos causados pelo 8 de Janeiro

A capital da República lembra, hoje, a ação de manifestantes extremistas que invadiram as sedes dos Três Poderes e destruíram ou roubaram centenas de peças, obras e objetos raros, que custaram aos cofres públicos R\$ 24 milhões

» ARTHUR DE SOUZA
» MARIA EDUARDA LAVOCAT

Os atos antidemocráticos ocorridos em 8 de janeiro de 2023 causaram prejuízos expressivos aos cofres públicos, com danos estimados em, aproximadamente, R\$ 24 milhões, além de trazer uma sensação de insegurança ao brasiliense. Os vândalos invadiram as sedes dos Três Poderes e destruíram centenas de peças, obras de arte e objetos raros. Muitos foram roubados por extremistas que protestavam contra o resultado das eleições de 2022.

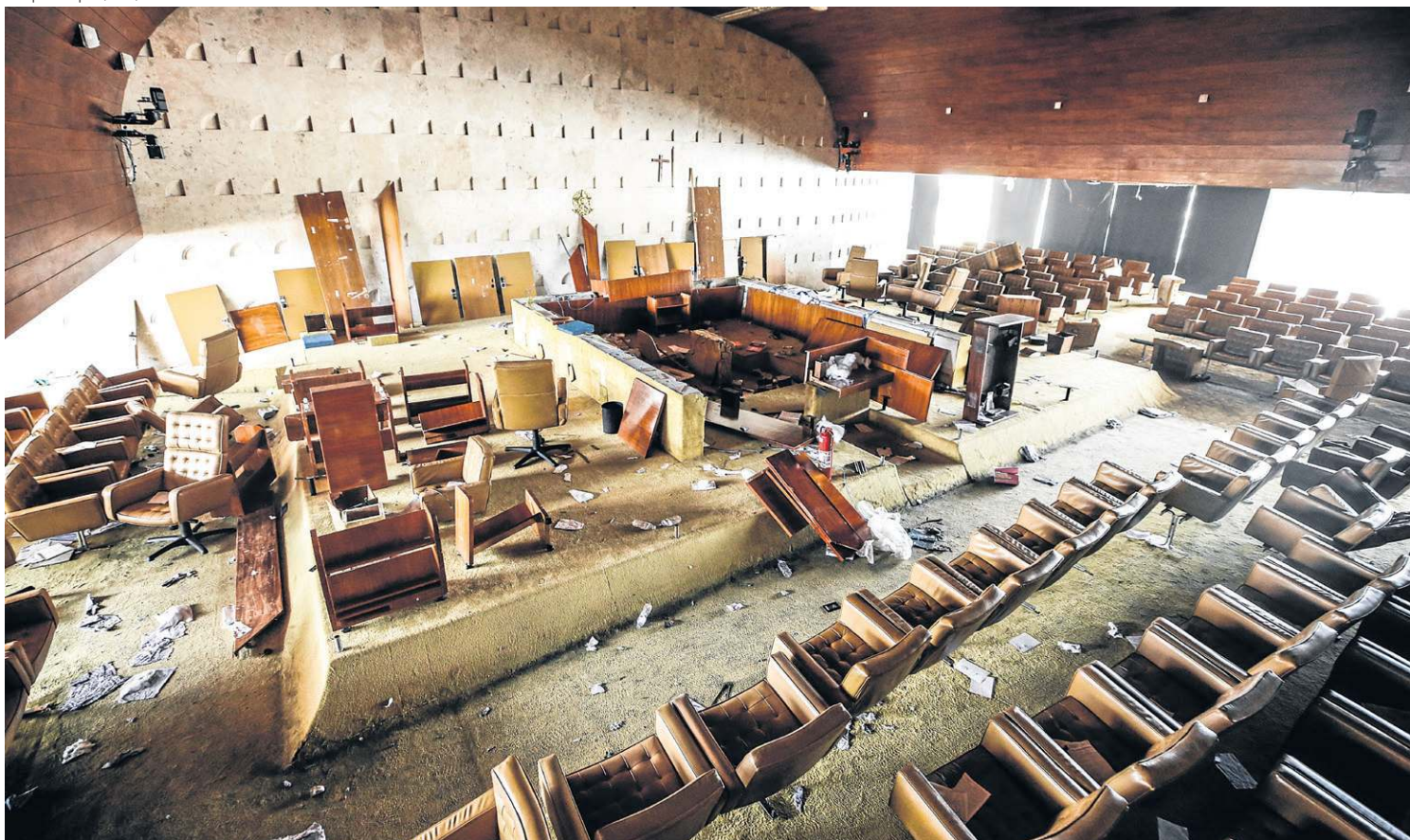
O Supremo Tribunal Federal (STF) foi a instituição mais afetada, com custos de recuperação avaliados em R\$ 12 milhões. Desse valor, R\$ 8,6 milhões referem-se a 951 itens furtados, quebrados ou completamente destruídos e R\$ 3,4 milhões foram destinados à reconstrução do plenário, substituição de carpetes, vidros da fachada e reparos estruturais. Entre os bens perdidos, o STF teve 106 itens históricos, de valor inestimável, destruídos, incluindo esculturas e móveis que não podem ser restaurados ou substituídos. O Palácio do Planalto registrou a segunda maior conta, estimada em R\$ 8 milhões. Peças, por exemplo, como o quadro *As Mulatas*, de Di Cavalcanti, foram atacadas e hoje estão de volta ao lugar de destaque no palácio.

Na Câmara dos Deputados, o prejuízo foi de R\$ 2,7 milhões. Cerca de R\$ 1,4 milhão foi destinado à restauração de 68 bens do acervo cultural, incluindo pinturas, esculturas e painéis, enquanto R\$ 1,2 milhão foi utilizado para reparos em persianas, carpetes, sistemas elétricos e hidráulicos, vidros e o sistema de detecção de incêndios. No Senado Federal, os prejuízos chegaram a R\$ 1,4 milhão. Desse total, R\$ 483 mil foram aplicados na recuperação de bens do museu, como a tapeçaria de Burle Marx, e R\$ 900 mil na recuperação do edifício-sede.

O Palácio do Planalto começou a receber, na segunda-feira, as obras restauradas após os ataques de 8 de janeiro. Ao todo, 21 peças danificadas pelos invasores passaram por um longo processo de recuperação e serão novamente expostas no local. Três delas foram entregues nesse carregamento: além de *As Mulatas*, uma escultura em madeira, feita pelo artista Frans Krajcberg; e a escultura *O Flautista*, de Bruno Giorgi.

Os itens foram restaurados por uma equipe da Universidade

Felipe Sampaio/SCO/STF



O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) ficou destruído após os atos de vandalismo de 8 de janeiro de 2023

Edilson Cordeiro/TVBrasília



Relógio feito por Balthazar Martinot chegou ontem ao Planalto

Federal de Pelotas (UFPEL) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em laboratório montado no subsolo do Palácio do Alvorada, residência oficial da Presidência da República.

Ontem, o Planalto recebeu o relógio histórico de Balthazar Martinot, quebrado durante a invasão.

de recuperação e serão novamente expostas no local. Três delas foram entregues nesse carregamento: além de *As Mulatas*, uma escultura em madeira, feita pelo artista Frans Krajcberg; e a escultura *O Flautista*, de Bruno Giorgi.

Os itens foram restaurados por uma equipe da Universidade

Federal de Pelotas (UFPEL) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em laboratório montado no subsolo do Palácio do Alvorada, residência oficial da Presidência da República.

Ontem, o Planalto recebeu o relógio histórico de Balthazar Martinot, quebrado durante a invasão.

O objeto foi apresentado pela Corte Francesa a Dom João IV, rei de Portugal. O relógio foi enviado à Suíça e restaurado no país europeu. O governo apresentará oficialmente os itens durante uma cerimônia, hoje, em memória dos dois anos dos atos golpistas.

Personalizado

Mestre em ciência política pela Universidade de Brasília (UnB), Leandro Gabiati ressaltou que o 8 de Janeiro foi um episódio que marcou, de fato, todos os brasilienses. “É algo que fica registrado na memória da população, com toda certeza, pois os cidadãos do DF têm essa particularidade de presenciarem, de forma mais personalizada, todos os acontecimentos de âmbito nacional”, comentou.

Além dos recentes ataques aos Três Poderes, o especialista pontuou que a capital federal também foi palco de outros movimentos que são marcantes para a história recente de Brasília. “O fato de estarmos no centro político do

Brasil, fisicamente, nos faz viver de forma diferente aos outros brasileiros, tendo uma percepção mais íntima”, observou.

André César, cientista político pela Unicamp, acrescentou que a reação os atos de 2023 foi simbólica e que, no momento inicial, todas as lideranças da República se uniram para responder aos ataques. “É difícil, para quem está no comando dos Poderes, dizer que é algo que ‘passou’ e que não é preciso ficar mais pensando no assunto”, avaliou.

De acordo com ele, “golpe é golpe”, e é preciso sempre jogar dentro das regras da democracia. “Por isso, acho importante julgar todos os responsáveis por qualquer ato, no rigor da lei, para dar exemplo a quem puder pensar em cometer algo semelhante, no futuro”, enfatizou. Murilo Medeiros, cientista político da UnB, com especialização em democracia, direito eleitoral e poder legislativo, considerou que os ataques de 8 de janeiro fortaleceram a democracia brasileira (leia palavra de especialista).

Palavra de especialista

Democracia robusta

Os ataques de 8 de janeiro, inflamados pela polarização, desinformação e radicalização política, não foram capazes de pôr em risco a estabilidade democrática brasileira. Passados dois anos da invasão e depredação às sedes dos Três Poderes, observamos que a força das instituições e a resiliência da sociedade serviram de esteio para amortecer as ambições iliberais.

Mesmo sob pressão, os alicerces institucionais do país não cederam e demonstraram sua capacidade de resposta imediata e exemplar, com o repúdio generalizado da população a qualquer ameaça democrática. O nosso arcabouço institucional, evado de mecanicismo de controle, como bicameralismo, multipartidarismo, federalismo, imprensa livre, setor privado consolidado, Judiciário e Ministério Público independentes, entre outros, são âncoras que freiam eventuais rupturas. Mesmo diante de crises, o sistema democrático do Brasil é capaz de se manter firme.

Países que detêm o centro político forte, como o caso do Brasil, também costumam enfraquecer aventuras autoritárias. As forças centristas trazem moderação e equilíbrio para a tomada de decisões, eliminando arroubos populistas à esquerda e à direita. Após os ataques de 8 de janeiro, o discurso em defesa da democracia se tornou mais evidente entre políticos, líderes da sociedade civil e cidadãos.

Houve um avanço pedagógico sobre a preservação do Estado de Direito. Os Três Poderes agiram de forma conjunta para enfrentar a crise, demonstrando maturidade institucional. O 8 de Janeiro de 2023 ressaltou ainda o valor de educar a população sobre o exercício da cidadania, o funcionamento das instituições e o respeito às leis. Uma sociedade mais informada está melhor preparada para resistir a discursos rasos e fáceis.

Nas últimas quatro décadas, sempre que a democracia foi ameaçada por métodos iliberais — depredações públicas, invasões de terras, desordem institucional e conspirações diversas — a sociedade reagiu de forma categórica. Os ataques de 8 de janeiro reforçaram novas lições para a democracia brasileira, a principal delas é que é preciso estar sempre vigilante, mesmo em períodos de normalidade institucional.

Murilo Medeiros, cientista político da UnB, com especialização em democracia, direito eleitoral e poder legislativo

Respeito às instituições da República

Criminólogo e pesquisador vinculado ao Grupo Candango de Criminologia da UnB, Welliton Caixeta Maciel afirmou que, dois anos depois do 8 de Janeiro, é possível observar o “forte caráter simbólico” que as condenações pelos crimes cometidos tiveram. “A responsabilização penal dos golpistas condenados foi e continua necessária para servir de exemplo para toda a população brasileira de como não se deve tratar os poderes constitucionalmente constituídos, as instituições da República e o patrimônio público. É fundamental que não haja anistia para os condenados pelos atos antidemocráticos”, alertou.

O especialista ressaltou que a violência física e patrimonial foram, em sua maioria, praticadas por indivíduos que não residiam

no Distrito Federal, revoltosos e manipuláveis — dados da Secretaria de Administração Penitenciária (Seape-DF) dão conta de que, dos mais de mil detidos à época, a grande maioria foi transferida para seus estados de origem. “Diante disso, Brasília mostrou, mais uma vez, sua força enquanto a capital do jogo político, do diálogo, da possibilidade do consenso, da reconstrução e da união”, ressaltou Caixeta.

Segundo o especialista Leandro Gabiati, depois dos últimos atentados, “estamos com um saldo positivo”. “A capital está mais preparada, com uma série de protocolos mais rígidos, para reagir a esse tipo de situação”, pontuou. “Além do STF e Congresso Nacional, o GDF também tem uma série de padrões e procedimentos para agir

de forma rápida e eficiente, diante de eventuais manifestações violentas ou que pretendam ameaçar a democracia”, comentou.

Célula de inteligência

Desde dezembro do ano passado, a Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF) instituiu uma célula presencial de inteligência em Brasília, que tem como objetivo aprimorar a segurança, aumentando a vigilância e a coordenação entre as forças de segurança, para evitar situações críticas na capital da República.

O foco da célula é em ações preventivas que incluem o monitoramento de redes sociais e a identificação de movimentações suspeitas que possam indicar atividades de caráter terrorista. Ela está

vinculada à Divisão de Prevenção e Combate ao Extremismo Violento (Dpcev), criada após um homem tentar um ataque a bomba contra o STF, em novembro.

A criação da célula presencial de inteligência envolve a colaboração de diversos órgãos, como o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e as polícias do Senado Federal, do Supremo Tribunal Federal (STF), da Câmara dos Deputados, Federal (PF) e Rodoviária Federal (PRF). Inicialmente, a estrutura ficaria ativa até 12 de janeiro, mas há intenção de torná-la permanente.

O secretário-executivo de Segurança Pública, Alexandre Patry, explicou que a célula realiza varreduras em redes sociais e jornais, além de checar denúncias anônimas, tornando a

investigação mais célere e funcional, com todas as forças atuando ao mesmo tempo e trocando informações. Segundo ele, com isso, é praticamente impossível organizar uma mobilização sem que a nova célula consiga rastrear.

Patry afirmou que o esquema de segurança do Distrito Federal é um dos mais robustos do país. Além de um batalhão de polícia específico para a Esplanada dos Ministérios, todas as casas dos Poderes têm equipes de segurança efetivas. De acordo com o secretário-executivo, caso seja necessário, a SSP poderá aumentar o efetivo conforme as indicações e o que for apontado pela célula. “Estamos preparados para cenários improváveis, mas, caso algo aconteça, estaremos prontos para reagir prontamente”, garantiu.